



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Demandante: Diretoria Administrativa e Financeira
Titular da Unidade: Edson Pablo da Silva Palheta
Responsável Pela Elaboração do ETP: Edson Pablo da Silva Palheta

2. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de Viatura tipo SUV caracterizada para patrulhamento ostensivo conforme Termo De Referência. Objeto referente à 14ª Etapa da Meta 01 do Convênio Transferegov nº 907367/2020. Este Estudo Técnico segue as diretrizes da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2022 e da Lei Municipal nº 3.294 de 24 de janeiro de 2023.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO OBJETO

A necessidade de contratação da solução proposta reside em enfrentar o problema de violência no município de Ananindeua, no estado do Pará. A cidade já figurou entre os dez municípios mais violentos do país, conforme indicado por dados oficiais, destacando-se pelo elevado número de homicídios e pela vulnerabilidade de diversos grupos populacionais, incluindo mulheres, negros, crianças e adolescentes.

O problema da violência em Ananindeua não apenas ameaça a segurança e o bem-estar dos cidadãos, mas também impacta negativamente no desenvolvimento econômico, social e humano da região. A falta de segurança afeta a qualidade de vida dos habitantes, inibe investimentos e compromete o pleno exercício dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, a contratação da solução proposta, que envolve o fortalecimento da Guarda Municipal por meio da aquisição de viaturas, material para escritório, computadores e armamento, é fundamental para enfrentar o problema da violência de forma eficaz.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Normativas legais, como o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a segurança pública como dever do Estado e atribui às Guardas Municipais o papel de proteção dos bens, serviços e instalações municipais, legitimam e respaldam a atuação da Guarda Municipal de Ananindeua na promoção da segurança e na prevenção da violência.

Além disso, a contratação da solução proposta está em conformidade com diretrizes e programas governamentais voltados para o enfrentamento da criminalidade, como o Programa Nacional de Enfrentamento da Criminalidade Violenta (PNECV), que preconiza uma abordagem integrada e multifacetada para o combate à violência, incluindo ações de policiamento comunitário, prevenção social, repressão qualificada e fortalecimento das instituições de segurança.

Em resumo, a contratação da solução proposta é justificada pela necessidade premente de enfrentar o problema da violência em Ananindeua, conforme evidenciado por dados estatísticos e normativas legais, visando garantir a segurança e o bem-estar da população e promover o desenvolvimento sustentável do município.

5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O bem a ser adquirido é proveniente do Convênio firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social nº 907367/2020.

6. DESCRIÇÃO DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

ITEM	UNID	CATMAT/ CATSER	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT
01	un		Veículo SUV	01
02	un		Grafismo	01
03	un		Sinalização acústica	01
04	un		Sinalização Visual	01
05	un		Compartimento com cela	01

7. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Conforme a Lei **14.133/2021** em seu art. 18. § 1º. XII – “*descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável*”;



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Na aquisição de uma viatura de policiamento, os critérios de sustentabilidade podem incluir:

- 1. Eficiência energética:** Assim como nos equipamentos permanentes, as viaturas podem ser avaliadas quanto ao seu consumo de combustível. Optar por veículos com motores mais eficientes e tecnologias que reduzam o consumo de combustível pode ser um critério importante.
- 2. Emissões:** Considerar as emissões de gases poluentes dos veículos é crucial para minimizar o impacto ambiental. Escolher veículos com tecnologias de controle de emissões, como motores menos poluentes ou até mesmo veículos elétricos, pode ser uma opção.
- 3. Durabilidade e vida útil:** Priorizar viaturas com uma longa vida útil e que sejam facilmente mantidas e reparadas pode reduzir o desperdício de recursos ao longo do tempo.
- 4. Reciclagem e disposição final:** Avaliar as opções de reciclagem e disposição final dos veículos ao final de sua vida útil é importante para garantir que eles não se tornem resíduos ambientais problemáticos.
- 5. Tecnologias de segurança:** Além dos critérios ambientais, também é importante considerar tecnologias de segurança que possam reduzir acidentes e, conseqüentemente, o impacto ambiental decorrente deles, como sistemas de freios avançados, assistência à condução, entre outros.

Esses são alguns exemplos de critérios de sustentabilidade que podem ser considerados na aquisição de viaturas de policiamento, alinhando as necessidades operacionais com a preocupação ambiental e de eficiência de recursos.

8. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

A empresa licitante deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços. O modelo para contratação corresponde ao item consolidado na Pesquisa de Preços. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

O veículo deve estar em conformidade com a Norma Técnica 006/2022 da Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP, conforme termos seguintes:

- 8.1 - Quanto ao emprego operacional - item 5.1 da NT 006/2022 (**Classificação: A– Geral**) - veículo para emprego operacional ordinário, cerco e diligências investigativas rotineiras, guarnecido por equipe composta por no mínimo 2 (dois) profissionais.
- 8.2 - Quanto ao ambiente de uso - item 5.2 da NT 006/2022 (**Classificação: 2 – Uso Urbano/Misto**) - veículo de emprego em terreno urbano deteriorado ou terreno misto, ou seja, em vias pavimentadas



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

e não pavimentadas, apto a superar com destreza obstáculos como guias, lombadas e valetas, dentre outros obstáculos artificiais.

8.3 - Quanto ao tipo - item 5.3 da NT 006/2022 - Categoria: Veículo tipo Sport Utility Vehicle (SUV).

8.4 - Todas essas especificações estão em consonância com a PORTARIA Nº 480, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 - Norma Técnica SENASP - nº 006/2021 de Veículos Leves para Emprego Operacional na Atividade de Segurança Pública.

8.5 - Norma Técnica SENASP nº 006/2022 pode ser acessada no link NT_Senasp nº 006_2022_Veículos Leves para emprego operacional na atividade de Segurança Pública — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br)

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

É previsto a renovação da frota a cada 02 anos, por várias razões:

1. Eficiência e Confiabilidade: Veículos mais antigos tendem a ter mais problemas mecânicos e elétricos, o que pode resultar em tempo de inatividade e custos de manutenção mais altos. Veículos mais novos são geralmente mais confiáveis e eficientes em termos de consumo de combustível.

2. Segurança: Novos veículos costumam ter tecnologias de segurança mais avançadas, como sistemas de freios ABS, airbags mais avançados e sistemas de controle de estabilidade, que podem ajudar a proteger os policiais em caso de acidente.

3. Tecnologia: Novos veículos geralmente vêm com tecnologias mais avançadas, como sistemas de comunicação integrados, câmeras de vídeo, sistemas de rastreamento GPS e computadores de bordo, que podem melhorar a eficiência operacional e a capacidade de resposta da polícia.

4. Economia de Custo a Longo Prazo: Embora a aquisição de novos veículos possa representar um investimento inicial significativo, a longo prazo, os veículos mais novos tendem a ter custos operacionais mais baixos devido à menor necessidade de manutenção e ao melhor consumo de combustível.

5. Imagem e Presença: Veículos novos podem ajudar a transmitir uma imagem de profissionalismo e eficiência para o público. Uma frota de veículos mais moderna e bem mantida pode aumentar a confiança da comunidade na polícia e dissuadir a criminalidade.

A estimativa é calculada com base na quantidade dos núcleos de policiamento da Guarda Civil Municipal de Ananindeua:



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT
	UN	Veiculos 4X4	05
	UN	Vaeiculos SUV	05
	UN	lancha	01
	UN	Motocicletas	10
	UN	van	01
	UN	Onibus (a cada 10 anos)	01

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base nos requisitos definidos, deve ser feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado, atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e suprir à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições a IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Comentários: Pesquisar e indicar as diferentes soluções existentes no mercado e que podem atender à necessidade levantada.

Solução 1 – Prefeitura de São Roque - Aquisição de veículos automotores do tipo SUV, bicombustível, adaptados para viatura, zero-quilômetro, na cor branca (padrão GCM) e Preço Estimado R\$ 164.500,00 - Pesquisa realizada no Portal de compras Públicas

Solução 2 – Prefeitura de Porto Belo VEÍCULO VIATURA PATRULHAMENTO TIPO SUV e Preço Estimado R\$ 174.000,00 , Pesquisa realizada no Portal de compras Públicas

Solução 3 – Viatura tipo SUV, caracterizada para o patrulhamento, pesquisa direto com a empresa - R\$ 215.000,00

Fazer uma comparação entre as soluções encontradas no mercado para mostrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. A comparação deve considerar os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício).



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ITEM	DESCRIÇÃO	COD CAMTA	UN MEDIDA	QTD	VAL UNT MÉDIA	VALOR MÁXIMO ACEITAVEL
01	VEICULO TIPO SUV		UN	01	R\$ 184.500,00	R\$ 227.573,25

11. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor para contratação tem preço médio aprovado em Plano de Trabalho do convênio nº 907367/2020 no valor de R\$ R\$ 227.573,25, conforme pesquisa apresentada para análise e aprovação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, documento em anexo.

12. DESCRIÇÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

Após análise detalhada sugerimos considerar a Solução de nº 03. Esta decisão foi fundamentada em critérios legais, técnicos, econômicos e ambientais, conforme exigido pela Lei 14.133/21 e IN 40/2020.

A Proposta sugerida destacou-se por diversos aspectos vantajosos. Primeiramente, a empresa é fornecedora local e demonstrou capacidade para fornecer assistência técnica pós-compra durante o período de garantia, assegurando o atendimento ágil e eficiente. Além disso, a empresa demonstra através da proposta de orçamento conformidade completa com todas as especificações técnicas, garantia e local de entrega dos bens.

Portanto, considerando todos os critérios avaliados, a Proposta B apresentou-se como a escolha mais adequada para atender às necessidades do projeto, assegurando conformidade normativa e excelência na ENTREGA DO BEM.

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Dada a natureza do Plano de Trabalho aprovado para a transferência de verba ao município e a necessidade de instauração de licitação, é crucial analisar a possibilidade técnica e econômica de realizar a licitação exclusivamente por item.

Além disso, a licitação por item permite uma contratação mais específica, adaptando as propostas às necessidades individuais de cada componente do Plano de Trabalho. Isso promove uma gestão mais eficaz dos recursos públicos, garantindo a otimização dos investimentos realizados.

Portanto, considerando os benefícios proporcionados pela licitação por item, é justificável e recomendável a adoção deste modelo para garantir a máxima competitividade e as melhores condições para a execução do projeto conforme o Plano de Trabalho aprovado.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Destaca-se alguns resultados a serem esperados:

Redução da Criminalidade: A presença policial reforçada e o aumento da capacidade de resposta devem resultar em uma redução nas taxas de criminalidade, proporcionando um ambiente mais seguro para os residentes.

Aumento da Percepção de Segurança: A comunidade deve perceber um aumento na segurança percebida, refletindo em uma maior confiança nas autoridades locais e uma melhor qualidade de vida.

Eficiência Operacional: A melhoria na gestão de recursos, incluindo viaturas e pessoal, deve resultar em uma resposta mais rápida e eficiente a ocorrências e emergências.

Fortalecimento da Parceria Comunitária: Ações específicas como ronda escolar e patrulhamento nos bairros ajudam a fortalecer o vínculo entre a polícia e a comunidade, promovendo uma colaboração mais estreita na prevenção e combate ao crime.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta declaração avalia a viabilidade técnica, operacional e orçamentária da aquisição de um veículo SUV caracterizado para policiamento, através da transferência de verba do governo federal via convênio.

Viabilidade Técnica: A solução proposta é tecnicamente viável, visto que veículos SUV oferecem robustez e adaptabilidade, sendo amplamente utilizados em operações policiais. Sua caracterização para policiamento é facilmente realizável.

Viabilidade Operacional: O veículo SUV atende às necessidades operacionais, oferecendo espaço para equipamentos e pessoal, mobilidade em diferentes terrenos e resposta eficiente a ocorrências.

Viabilidade Orçamentária: A viabilidade orçamentária depende da verba transferida pelo governo federal. É essencial garantir que o orçamento disponível cubra todos os custos associados à aquisição, caracterização, manutenção e operação do veículo.

Conclusão: A contratação da solução proposta é viável tecnicamente e operacionalmente, desde que a verba disponível seja suficiente para cobrir todos os custos. Recomenda-se cuidado na implementação para fortalecer a segurança pública e atender às demandas da comunidade.

16. ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos demonstra quais os riscos relativos a contratação e a gestão do contrato, incluindo as ações para mitigar os riscos identificados. Segue anexo (II), com a identificação dos principais riscos associados a contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Ananindeua 17 de junho de 2024.

gov.br

Documento assinado digitalmente
EDSON PABLO DA SILVA PALHETA
Data: 19/06/2024 09:46:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDSON PABLO DA SILVA PALHETA
Diretor Administrativo e Financeiro



ANEXO I

MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ETAPA:	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
RISCO:	Especificação deficiente da demanda		
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando quantidade e prazo de início.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Havendo erro, devolver para complementação das informações.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
RISCO:	Estudos preliminares deficientes		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos nos termos do art. 18, I, da Lei nº 14.133/2021.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Falha na elaboração do Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Propor lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos no art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes.		
RESPONSÁVEL:	SML-NTR - NÚCLEO DE TERMO DE REFERÊNCIA		



MAPA DE RISCO PARA A FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

ETAPA:	ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO OU PARECER TÉCNICO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal, conforme a Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014.		
DANO:	Ausência de análise pelo setor jurídico		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "análise pelo setor jurídico".		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.		
RESPONSÁVEL:	SML-PMA		

ETAPA:	PUBLICAÇÃO NO PNCP		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de publicação da dispensa de licitação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixa	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação/divulgação".		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.		
RESPONSÁVEL:	SML-PMA		

ETAPA:	AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE		
RISCO:	Ausência de autorização para contratação da empresa que ofertou a proposta mais vantajosa.		
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da dispensa de licitação, problemas na gestão do contrato.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixo	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar se todos os requisitos foram plenamente atendidos pelos setores nas fases do procedimento.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Reavaliação dos atos processuais à luz das exigências da legislação vigente.		
RESPONSÁVEL:	AUTORIDADE SUPERIOR/PREGOEIRO		



MAPA DE RISCO PARA A FASE DA GESTÃO DO CONTRATO

ETAPA:	FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais.		
DANO:	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixo	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Garantir que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessária à execução do objeto.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Convocar remanescente.		
RESPONSÁVEL:	SML-PMA		

ETAPA:	DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO E SUBSTITUTOS		
RISCO:	Designação de servidores sem conhecimento técnico do objeto do contrato.		
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Responsabilização Subsidiária da Administração		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Indicar servidores capacitados		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	DESIGNAÇÃO DO PREPOSTO DO CONTRATO		
RISCO:	Ausência de preposto da contratada.		
DANO:	Responsabilização direta da Administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixa	IMPACTO:	Média
AÇÃO PREVENTIVA:	Incluir na Clausula da fiscalização, dispositivos de indicação de fiscal e preposto e as respectivas atribuições.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Solicitar, imediatamente à constatação, a designação formal do preposto.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		



ETAPA:	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Execução em desacordo com o contrato;		
DANO:	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se a empresa terceirizada executou corretamente a entrega dos materiais solicitados pela contratante.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Não liberação de pagamento e aplicação sanções administrativas.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	ALTERAÇÕES DO CONTRATO		
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.		
DANO:	Prejuízos ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Alta
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	REACTUAÇÕES/REAJUSTES DO CONTRATO		
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; Prorrogação desvantajosa; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; análise inadequada das planilhas; jogo de planilha.		
DANO:	Prejuízos ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de materiais (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		



ETAPA:	PAGAMENTO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Retenção dos valores dos impostos; encargos patronais e da conta vinculada.		
DANO:	Responsabilização subsidiária.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixo	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	SANÇÕES		
RISCO:	Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.		
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		

ETAPA:	ENCERRAMENTO DO CONTRATO		
RISCO:	Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.		
DANO:	Prejuízo ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendência trabalhistas e ressarcimentos.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a segurados dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.		
RESPONSÁVEL:	SESDS		



RESPONSÁVEIS

Nome	Matrícula	Localização
EDSON PABLO DA SILVA PALHETA	459364	SESDS
LANA CAROLINA FERREIRA PINHEIRO	239399	SESDS